

preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

Os candidatos com deficiência devem, para efeitos de admissão ao concurso, ter em conta o estabelecido no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, declarando no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, sendo dispensada a apresentação imediata de documento comprovativo.

Os candidatos devem ainda mencionar no requerimento de admissão todos os elementos necessários à adequação do processo de seleção, nas suas diferentes vertentes, às capacidades de comunicação/expressão dos candidatos com deficiência.

17 — Nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, o júri será assim constituído:

Presidente — Joaquim Manuel Beato Soares, vereador em regime de permanência da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

Vogais efectivos:

Pedro Miguel dos Santos Dias, chefe de divisão de Loteamentos, Licenciamentos e Obras Particulares da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

Maria Duarte Nunes Martins, chefe de divisão de Obras Públicas da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

Vogais suplentes:

João António Milheiro de Almeida, chefe de divisão de Urbanismo e Ambiente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

Eduardo Jorge Silva Coelho Boavida Águas, técnico superior de arquitectura de 2.ª classe da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

18 — Foi dado cumprimento ao disposto no artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, e verificou-se a inexistência de pessoal na bolsa de emprego público, conforme a declaração de inexistência enviada através de ofício n.º 4590, de 6 de Junho de 2007, da DGAP.

19 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

13 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Álvaro José Cachucho Rocha*.

2611027856

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA (ALGARVE)

Aviso n.º 12 550/2007

O Dr. José Inácio Marques Eduardo, presidente da Câmara Municipal de Lagoa (Algarve), faz saber que, para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e em conformidade com a deliberação tomada em reunião camarária realizada no dia 19 de Junho de 2007, irá decorrer o período de discussão pública relativo à operação urbanística de loteamento a levar a efeito no prédio rústico localizado no sítio de Mato Serrão, freguesia de Carvoeiro, a favor de Erika Luise Durig, de acordo com competente proposta anexa ao processo.

O período de discussão pública terá início no 8.º dia a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República* e decorrerá pelo período de 15 dias.

Os interessados poderão consultar a proposta de loteamento, na Secção de Obras e Urbanismo desta Câmara Municipal, durante o horário normal de expediente.

As observações, reclamações ou sugestões a apresentar deverão ser dirigidas ao presidente da Câmara Municipal de Lagoa, formuladas por escrito e apresentadas na Secção de Obras e Urbanismo, desta Câmara Municipal.

19 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Inácio Marques Eduardo*.

2611028139

Aviso n.º 12 551/2007

O Dr. José Inácio Marques Eduardo, presidente da Câmara Municipal de Lagoa (Algarve), faz saber que, para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e em conformidade com a deliberação tomada em reunião camarária realizada no dia 19 de Junho de 2007, irá decorrer o período

de discussão pública relativo a operação urbanística de loteamento a levar a efeito no prédio misto localizado no sítio de Vale Centeanes, freguesia de Carvoeiro, a favor de General Guarantee Collections, Limited, de acordo com competente proposta anexa ao processo.

O período de discussão pública terá início no 8.º dia a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República* e decorrerá pelo período de 15 dias.

Os interessados poderão consultar a proposta de loteamento na Secção de Obras e Urbanismo desta Câmara Municipal durante o horário normal de expediente.

As observações, reclamações ou sugestões a apresentar deverão ser dirigidas ao presidente da Câmara Municipal de Lagoa, formuladas por escrito e apresentadas na Secção de Obras e Urbanismo desta Câmara Municipal.

19 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Inácio Marques Eduardo*.

2611028290

Aviso n.º 12 552/2007

O Dr. José Inácio Marques Eduardo, presidente da Câmara Municipal de Lagoa (Algarve), faz saber que, para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e em conformidade com a deliberação tomada em reunião camarária realizada no dia 19 de Junho de 2007, irá decorrer o período de discussão pública relativo a operação urbanística de loteamento a levar a efeito no prédio rústico localizado no sítio do Paraíso, freguesia de Carvoeiro, a favor de António dos Reis Malha, Celeste Lopes dos Reis Malha, Maria Adélia dos Reis e António João dos Reis Cintra, de acordo com a competente proposta anexa ao processo.

O período de discussão pública terá início no 8.º dia a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República* e decorrerá pelo período de 15 dias.

Os interessados poderão consultar a proposta de loteamento, na Secção de Obras e Urbanismo desta Câmara Municipal, durante o horário normal de expediente.

As observações, reclamações ou sugestões a apresentar deverão ser dirigidas ao presidente da Câmara Municipal de Lagoa, formuladas por escrito e apresentadas na Secção de Obras e Urbanismo, desta Câmara Municipal.

19 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Inácio Marques Eduardo*.

2611028283

CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA

Aviso n.º 12 553/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 6 de Dezembro do ano em curso, renovei por mais três anos a comissão de serviço do engenheiro António Carlos Batista da Costa no cargo de director do Departamento de Operações Urbanísticas, ao abrigo das disposições combinadas no n.º 3 do artigo 21.º, no n.º 2 do artigo 23.º e no n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com efeitos a 23 de Fevereiro de 2007.

20 de Dezembro de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *Vitor Manuel Domingues Lourenço*.

1000309656

Aviso n.º 12 554/2007

Para os devidos efeitos se torna público que foi renovado o contrato de trabalho a termo resolutivo certo celebrado entre o município de Leiria e Cristina Santos Sousa, com a categoria de engenheira civil de 2.ª classe, por meu despacho de 21 de Dezembro de 2006, com efeitos a 1 de Fevereiro de 2007 e pelo prazo de um ano, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 139.º e no artigo 140.º, n.º 1, *a contrario*, ambos do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e regulamentado pela Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho, e no artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho.

2 de Janeiro de 2007. — A Presidente da Câmara, *Isabel Damasceno Campos*.

1000310364

Aviso n.º 12 555/2007

Para os devidos efeitos se torna público que foram, no dia 15 de Junho de 2007, e em cumprimento do despacho da presidente da Câmara, proferido no dia 5 de Junho do mesmo ano, celebrados